

O ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA PREVENÇÃO CRIMINAL

A Polícia Interativa do Morro do Quadro: A experiência de Vitória - ES

Andrey Carlos Rodrigues

Os problemas de segurança pública, no Brasil, sempre foram considerados uma questão “apenas de polícia”, sem o envolvimento dos demais segmentos da sociedade. Buscar entender as razões que sedimentaram a construção dessa mentalidade é, certamente, viajar pela história de autoritarismo e clientelismo do Estado Brasileiro e, por consequência, conhecer os caminhos que marcaram a formação da polícia neste país.

Na realidade, a nova ordem constitucional estabelecida a partir de 1988 exigiu do Estado e da sociedade comportamentos coerentes com o Estado Democrático de Direito, pautados no respeito e na promoção dos Direitos Humanos. Diante desse novo modelo de sociedade, as instituições policiais passaram a buscar uma identidade que melhor se adequasse aos novos paradigmas sociais, das quais passaram a integrar.

Se os ideais e, principalmente, os comportamentos democráticos foram uma novidade para a sociedade no Brasil, não é difícil imaginar quais as consequências impactantes dessa mudança para a polícia e seus integrantes, quando avaliado o processo histórico das suas funções desempenhadas no Brasil.

Uma célebre frase de Nicolau Maquiavel pode representar as avaliações contemporâneas da segurança pública no Brasil e a necessidade de reavaliação de todo o sistema criminal e, principalmente, a função da polícia: “Se os tempos sofrem mudanças e os comportamentos permanecem inalterados, então é a ruína.”¹

Percebemos que a construção da nova identidade institucional da polícia não pode ser deixada apenas sob a responsabilidade de seus integrantes, mesmo porque, os próprios dizeres constitucionais afirmam que a segurança pública é responsabilidade de todos, e não apenas do Estado².

A plena necessidade de interação entre os segmentos sociais e a polícia, em busca da melhoria dos padrões da vida em sociedade, demonstra que a melhor possibilidade para o controle e a orientação do serviço policial democrático deve contemplar a participação permanente e organizada de integrantes das distintas classes do grupo social. E a própria qualificação da polícia deve ser aferida pelos resultados da sua prática social difusa, no atendimento das demandas de sua comunidade.

Essa exigência social, responsável pela comunitarização dos serviços da polícia, encontrou nos ensinamentos de Sir Robert Peel³, responsável pela reforma da polícia inglesa e criador do regimento policial civil de Londres, em 1829, os princípios de uma polícia cidadã, voltada para as relações e os conflitos sociais nos Estados de Direito.

¹ Maquiavel, Nicolau. O Príncipe. Comentários de Napoleão Bonaparte; tradução de Edson Bini. 12. ed. São Paulo: Editora Hemus, 1996.

² Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. (CF/88) – 4ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1999.

³ Bayley, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa; tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Peel defendera, entre outros, a prioridade para a prevenção do crime e da desordem ao invés da repressão militarizada e punições severas contra a população; a aprovação social da atuação da polícia e a cooperação do público para a aplicação das leis; a imparcialidade da polícia no cumprimento das normas legais, livre de sectarismos sociais ou econômicos; a proteção da vida como maior objetivo da polícia e o uso da força física apenas como última alternativa, dentro dos limites da lei.

Estudiosos contemporâneos como David H. Bayley e Jerome H. Skolnick, apontam que a premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção de segurança. Para eles o povo deve ser visto como co-produtor da segurança e da ordem, cabendo aos organismos policiais a introdução de métodos inovadores e apropriados de associar o público ao policiamento e à manutenção da ordem⁴.

Em outra avaliação literária Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux, aprofundaram as discussões sobre o policiamento comunitário, sedimentando, entre outros, a necessidade de participação de alguns segmentos sociais definidos como necessários para a implementação e o sucesso da comunitarização dos serviços policiais. São eles: A Polícia, A Comunidade, a Comunidade de Negócios, A Mídia, As Autoridades Cívicas Eleitas e Outras Instituições⁵ (Associações, Sindicatos, etc.).

Nos Estados Democráticos a polícia ostenta-se como uma agência de controle social difuso, responsável pela manutenção da ordem pública, da preservação e da promoção dos direitos humanos, além da própria disciplina social, através da atuação ininterrupta nas comunidades. No entanto as suas atividades não podem dispensar a colaboração e o acompanhamento permanente do grupo social da qual faz parte.

A partir dessa concepção a polícia passou a buscar nas comunidades as parcerias necessárias para a sedimentação de uma filosofia baseada na co-autoria para a produção da seguridade social. Assim, outras agências de controle social deixaram a passividade de seus comportamentos para atuarem como protagonistas ativos na construção das políticas públicas de segurança.

Os policiais, antes isolados nessa construção, ganharam o apoio e o envolvimento comunitário, responsável, muitas vezes, também pelo controle das próprias ações e dos comportamentos policiais na via pública, através do contato aberto com os vários níveis de comando das polícias.

No Espírito Santo, esse envolvimento democrático e a parceria permanente e organizada entre as comunidades e as polícias foram responsáveis pelo surgimento de uma nova identidade policial: “o policial interativo”. Juntos, Polícia e comunidades, perceberam que não existe sucesso sem parceria. A busca pela melhoria da qualidade de vida do grupo social depende da qualidade da polícia que disciplina as suas relações cotidianas. E, tanto a lógica da polícia só encontra respaldo quando aliadas aos anseios das comunidades, quanto o êxito de seus integrantes não existe sem o sucesso de toda a sua comunidade, no controle do crime e da violência.

O prestígio e merecimento policial, historicamente formalizado através de elogios internos, passaram a ter, no envolvimento com as demandas externas e no reconhecimento comunitário a grande legitimidade dos méritos policiais na sociedade. Ou seja, para o novo policial, o contato com a população em busca da

⁴ Skolnick, Jerome H, Bayley, David H. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo; tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2002.

⁵ Trojanowicz, Robert e Bucqueroux, Bonnie. Policiamento Comunitário: como começar; tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

resolução de seus problemas formaliza a excelência da sua importância na construção da cidadania, num grupo social que ele passa, verdadeiramente, a integrar.

Em janeiro de 1997, dois policiais militares do serviço reservado foram brutalmente assassinados no Morro do Quadro, em Vitória-ES. Para a polícia, o fato significou o ápice da violenta criminalidade local, com a qual grande parte da comunidade já convivia de perto. Diante da necessidade de uma resposta para os problemas na região, a Polícia Militar instalou um Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) no bairro e iniciou a implantação da filosofia da Polícia Interativa.

O modelo interativo estava sendo empregado com sucesso na pequena cidade de Guaçuí, no interior do Estado, desde 1994. Muitos não acreditavam que o êxito alcançado numa cidade com características tão distintas de uma metrópole, poderia ser repetido nos grandes centros urbanos. Todavia, a parceria entre a comunidade e a Polícia Militar, aliada à aplicação dos princípios da polícia comunitário-interativa, mudaram a história do bairro e de seus moradores.

Após a instalação do SAC, a polícia criou uma rotina de reuniões doutrinárias com o público interno, que possibilitou a aproximação mútua entre os envolvidos no processo de mudança. As reuniões organizadas nas comunidades e nos quartéis sedimentaram o nascimento de uma nova relação de respeito e responsabilidade. Um diagnóstico integrado foi confeccionado para identificar os problemas da segurança local, sob a lógica da polícia e de seus clientes.

Enquanto isso, policiais militares iniciavam um novo tipo de treinamento voltado para o atendimento qualificado da sociedade, tendo como base a promoção e a preservação dos Direitos Humanos. Novos conceitos de polícia e de relacionamento com a sociedade foram solidificados. A cultura essencialmente militarizada deu lugar à política do controle social. A repressão extrema sucumbiu diante dos conceitos de prevenção, de inteligência policial e do monopólio do uso da força legal.

Criou-se o Conselho Interativo de Segurança, uma Organização Não-Governamental responsável pela organização permanente das reuniões e encaminhamentos das demandas sociais para a polícia e outros Órgãos. Desde a sua criação em 1998, há pelo menos uma reunião mensal entre policiais e membros da sociedade para a discussão dos problemas da região.

Dentro da metodologia própria, outros instrumentos de interação foram disponibilizados para as comunidades, incluindo o disque-denúncia, as visitas tranquilizadoras e as urnas interativas. Foram confeccionados calendários de visitas e palestras nas comunidades a fim de difundir a filosofia e aumentar a parceria, em busca dos melhores resultados na prevenção e no controle criminal.

A responsabilidade territorial é otimizada através da fixação do efetivo policial no bairro, de modo que as comunidades passaram a contar com um atendimento dirigido, uma vez que em pouco tempo os policiais se tornaram conhecidos dos moradores da região, e conhecedores dos problemas locais. A partir daí, a confiança mútua foi apenas uma questão de tempo e de respeito.

Após o envolvimento estratégico das lideranças comunitárias, a polícia iniciou uma interação social, como nos ensinam Araújo, Costa e Fernandes ⁶, através da participação efetiva nos eventos sócio-culturais das comunidades, sedimentando as relações profissionais e informais com os moradores do bairro.

Mudaram-se os paradigmas, a partir da multiplicação dos novos conhecimentos acadêmicos sobre a segurança pública. Policiais e cidadãos das

⁶ Araújo, Adauto Silva; Costa, Júlio César e Fernandes, José Antônio da Costa. *Polícia Interativa: A Democratização e Universalização da Segurança Pública*. Ufes, 1998.

comunidades sentaram-se juntos nas salas e auditórios da universidade e de muitos outros espaços abertos para o aprendizado. Descobriram muito sobre o controle do crime e da necessidade de valorização de um novo modelo de relações entre os segmentos da sociedade e a polícia, visando melhores dias para todos.

Dentre as rotinas de gerenciamento aplicadas no Morro do Quadro, destaca-se participação no planejamento das ações sociais da Prefeitura na região e a prestação de contas à comunidade (accountability), através da exposição mensal sobre e evolução/involução dos números da criminalidade na região, durante as reuniões do Conselho Interativo de Segurança.

A diminuição gradativa do número de crimes na região valorizou essa parceria, confirmando a direção adotada pela polícia e a comunidade como melhor caminho para a segurança local. As estatísticas apontaram uma queda de 64% no número de homicídios, em cinco anos. Os crimes contra o patrimônio recuaram 24% e os furtos e roubos caíram 30%.

A organização da segurança local rendeu aos policiais e às comunidades dois prêmios estaduais de Qualidade do Modelo Interativo de Polícia, em 1999 e 2001. Os cursos de Polícia Comunitário-Interativa, na Universidade Federal do Espírito Santo, adotaram o Morro do Quadro como modelo padrão em seus cursos de extensão para a formação de multiplicadores da filosofia.

Inúmeras visitas ilustres ocorreram nesse período, protagonizadas por diversas turmas de policiais militares, policiais civis e líderes comunitários de várias cidades do país, a fim de conhecerem a experiência capixaba. Em dezembro de 2000, o Morro do Quadro recebeu a visita da vice-ministra de segurança pública da Costa Rica, Dr^a Maria Fullmen Salazar, com o objetivo de conhecer a experiência da polícia interativa e implantá-la em seu país.

Em 2001, o Projeto do Morro do Quadro representou o Espírito Santo no Concurso Polícia Comunitária Motorola 2001, e foi premiado com o primeiro lugar, seguido dos projetos de Vila do Perpétuo Socorro, da cidade de Macapá e o Projeto Jardim Ângela, da cidade de São Paulo. Em 2002, as três experiências vencedoras foram retratadas no livro “Policimento Comunitário: Experiências no Brasil 2000-2002”⁷. A obra revelou ao Brasil, com exemplar fidelidade, a qualidade das relações comunitárias e do policiamento desenvolvidos no Morro do Quadro, numa honrosa menção experiência capixaba.

Aprendemos com a prática do policiamento comunitário-interativo que o conhecimento angariado pela polícia e pelas comunidades, só encontra seus verdadeiros objetivos quando o “saber” se reveste do seu mais nobre baluarte, ou seja, o “querer”.

A vontade e o comprometimento são os verdadeiros parceiros das mudanças sociais. E o que parece, muitas vezes, uma distante realidade, pode tornar-se parte da história de um país, de sua gente e de sua polícia.

Andrey Carlos Rodrigues
Especialista em Segurança Pública e
Major da Polícia Militar do Espírito Santo

⁷ Policiamento comunitário: Experiências no Brasil 2000-2002. São Paulo: Página Viva, 2002.